

ORGULHO CULTURAL E AUTO-ESTIMA:

Diferenças entre o Brasil e a França

Luciano Oliveira

O presente texto é menos do que um artigo acadêmico e mais (ou pelo menos pretende ser) do que uma mera reportagem de viagem contendo algumas observações anedóticas e outras tantas reflexões melancólicas sobre a desventura cultural que padece um ex-súdito de Sir Ney na terra do General De Gaulle.

O ex-súdito, evidentemente, sou eu, e o que se segue são algumas observações organizadas em forma de um pequeno ensaio sobre certas diferenças entre a maneira como os brasileiros e os franceses encaram suas respectivas culturas. Essas observações foram feitas durante uma temporada de estudos que passei naquele país, no curso da qual desenvolvi e solidifiquei a impressão de que existe um contraste marcante entre o orgulho com que os franceses olham sua cultura e a ausência de estima com que nós consideramos a nossa. E que tal fenômeno, para além do seu aspecto anedótico superficial, nos revela alguma coisa de mais estrutural sobre a história dos dois países e sobre nós próprios enquanto povo, razão pela qual me pus a refletir de forma mais detida sobre o assunto.

Para estabelecer um começo, conto uma anedota verdadeira. Estava eu certa feita assistindo na televisão à emissão cultural de maior prestígio na França, o *Apostrophes*, de Bernard Pivot, um programa de entrevistas onde os convidados (escritores, cientistas, filósofos) vão debater os livros uns dos outros, ou um assunto específico, um personagem famoso, etc. Nesse dia tratava-se da vida e obra de Antoine Piney, velho político dos tempos do *Général* (que é a maneira elípticamente respeitosa como as pessoas se referem a De

Gaulle), de quem ele foi ministro da economia, das relações exteriores, etc. Piney, do alto dos seus 90 anos rijos e completos, não escondia sua auto-satisfação e parecia deliciar-se fazendo o tipo meio provinciano que sempre foi o seu – algo próximo do “matuto-mas-vencedor” que gostava de ostentar o nosso Assis Chateaubriand... Lá pelas tantas, Pivot, explorando essa faceta do antigo colaborador do *Général*, perguntou se ele, um político muito pouco cosmopolita e que não falava nenhuma língua estrangeira, não se sentia constrangido, nas reuniões de que participava enquanto ministro das relações exteriores, ao ver-se rodeado por pessoas falando inglês. E Piney, com a cara mais natural do mundo, respondeu:

– Mas Monsieur Pivot, eu falava francês...

Essa pequena anedota exemplifica muito bem, de um lado, a natural empáfia de alguém que fala consciente de que pertence ao Primeiro Mundo, e que por isso é escutado. (Um brasileiro, por exemplo, nunca poderia ter dito: “Mas eu eu falava português, Jô!”) De outro, o orgulho típico que sente um francês médio em falar a própria língua. Existe com efeito, na França, uma instituição cultural que se chama a Língua Francesa, que é muito mais do que simplesmente um conjunto de palavras e de regras de articulação entre elas, pois chega a atingir o nível de um verdadeiro objeto de veneração. Claro, em nenhuma parte do mundo a língua se reduz a um simples e trivial meio de comunicação. Em toda parte ela serve de meio através do qual as pessoas se identificam enquanto coletividade e, assim, é um dos elementos constitutivos daquilo que se costuma chamar a alma da nação, o gênio da raça, o espírito do povo, etc. Por isso que, em toda parte, as pessoas sentem um certo orgulho pela língua que falam. Mesmo nós, no Brasil, que com nossa mentalidade de colonizados não damos muito valor ao português, temos o hábito de reivindicar certas particularidades para a nossa língua – por exemplo, quando dizemos que apenas nós no mundo temos a palavra “saúde”. Mas no caso dos franceses é muito mais do que isso: eles simplesmente consideram que a língua deles é a mais bonita do mundo!

E como eles a preservam de qualquer impureza ou dissolução dos bons costumes... Vez por outra aparece alguém querendo promover uma reforma ortográfica para simplificar a língua. O francês tem uma ortografia terrível: acentos circunflexos que já não têm nenhuma função, consoantes geminadas aos montões, uma porção de “th” que ninguém pronuncia, etc. As crianças nas escolas têm pavor dos ditados, e os pobres estrangeiros, como eu, não conseguem escrever uma linhazinha sequer sem ir ao dicionário para saber se tal palavra tem um ou dois “n”, um ou dois “m”, etc. Certa feita num programa de rádio tinha um concurso onde as pessoas, por telefone, deveriam responder se Mitterrand se escrevia com um “t” e dois “r”, ou com um “r” e dois “t”. Pois muita gente – eu inclusive ... – não sabia. E nem assim a opinião pública cultivada se comove: os projetos de reforma provocam uma grita geral, com debates pelos jornais e pela televisão, e não se boia numa vírgula. Tudo muito diferente do Brasil, onde por decreto os nossos sábios governantes de tempos em tempos, com a cumplicidade dos áulicos da Academia Brasileira de Letras (cuja sede, ridiculamente mas sintomaticamente, se cha-

ma o "Petit Trianon"...), dão uma enxugada na língua. Resultado: até cassação de letras, como ocorreu com o "k", o "w" e o "y", já tivemos. Enquanto o francês ainda hoje escreve como escrevia Balzac, meu avô escrevia de um jeito, minha mãe escreve de outro, e eu ainda de outro. Nisso eu acho que os franceses estão certos.

Mas às vezes eles exageram. Por exemplo, o respeito deles à língua chega ao ponto de considerarem que a gíria não faz parte do francês. Com mais de uma pessoa de gerações diferentes eu passei pela mesma experiência: ao escutar certa palavra de uso popular que não conhecia, perguntei como se escrevia e a resposta, invariável, me surpreendeu: "Mas isso não se escreve, não é francês, é gíria"... No Brasil, nós tomamos tanta liberdade com os cânones que acabamos com o "vós"; e o "você", que era pronome de tratamento da terceira pessoa, vai substituindo o "tu" por toda parte. Outro fenômeno tipicamente nacional, inimaginável na França, é a sem-cerimônia com que inventamos nomes próprios. O pai como se chama? José. A mãe como se chama? Maria! Pois tome Josemar no recém-nascido. O avô como se chamava? Rivaldo. A avó como se chamava? Ildes. Pois tome Rivaildes no caçula! E por aí vai. Nas homenagens aos grandes homens, então, ninguém nos supera em criatividade. Eu conheci certa feita em Aracaju um pequeno empresário que, apesar de proprietário dos meios de produção, não escondia a sua simpatia pelos clássicos do materialismo histórico; a prova é que tinha colocado no filho um nome que, se não fosse pela bandeira que dava, podia passar por nome de remédio: "Lênimarx"... Nesse particular, metemos os pés pelas mãos e transformamos nomes em prenomes sem nenhum problema: daí os Washington, os Bolívar, os Roosevelt da Silva. Às vezes, para não haver dúvidas, adotamos ao mesmo tempo nome e prenome do homenageado, o resultado é um Juscelino Kubitschek do Nascimento. E eu conheço pelo menos um Alysson Paulinelli dos Santos – homenagem que, essa, eu nunca entendi...

Sem nenhuma dúvida: se há um domínio em que aparece uma clara diferença entre o Brasil e a França, a atitude dos dois povos perante as respectivas línguas é um deles. Digo mais: se, exageros de lado, a língua é um dos elementos onde o espírito de um povo se reconhece, a nossa maneira de encarar o português é um atestado de que somos um povo sem orgulho. Claro que não se trata de reivindicar para o português o primeiro lugar num hipotético concurso sobre a língua mais bonita do mundo. Disputas dessa natureza são completamente idiotas, além de colocarem um problema técnico insolúvel: quem, e em que língua, iria proclamar o vencedor? Para um julgamento imparcial, seria preciso achar um juiz que não falasse nenhuma língua! Ninguém, sobre a face da terra, preencheria essa condição – a não ser, claro, um surdo-mudo de nascença... A questão não é que língua é mais bonita ou superior, pois uma indagação desse tipo está afetada, na sua essência mesma, por um insuperável e insustentável etnocentrismo. Como dizia uma velha publicidade – se não me engano, copiando uma reflexão de Machado de Assis –, "o que seria do azul se todos gostassem do amarelo?" Ou, como se diz ainda hoje: "questão de gosto não se discute" – ditado, aliás, que quase com essas

mesmas palavras existe na França: "des goûts et des couleurs il ne faut pas discuter". Mas se a questão não é essa, de que então se trata? Vou a seguir, com a ajuda de alguns exemplos, tentar explicitá-la.

Os franceses, de um modo geral, têm o hábito de afrancesar todos os nomes estrangeiros que eles são obrigados a pronunciar. Eu, Luciano Oliveira, sou "Lucianô Oliverrá"; Cavaco Silva, primeiro-ministro de Portugal, é "Cavacô Silvá"; João Sebastião, o Bach, é "Baque" – e assim por diante. Até a AIDS foi afrancesada. Como a doença se chama Síndrome da Imuno-Deficiência Adquirida, a sigla adotada na França foi Sida – que, naturalmente, os franceses chamam de Sidá. Imaginem agora quem, no Brasil, teria coragem de chamar Foucault de "Fucalte". Claro, as exceções sempre existem. Assim, por exemplo, acho que fora dos departamentos de letras das universidades ninguém no Brasil chama Victor Hugo à francesa: isto é, "Vitôr Hygô". Mas, pelo menos como princípio geral, pode-se estabelecer que enquanto no Brasil nós tentamos falar na língua do *outro*, na França eles falam dos outros na língua *deles*...

A propósito disso, e já que falamos em Foucault, vem-me à lembrança uma querela que explodiu há poucos anos atrás nos nossos meios intelectuais e que eu chamaria o "caso Merquior" – lembram? Foi na abertura do seu livro *Michel Foucault – ou o nihilismo de cátedra* que o ensaísta José Guilherme Merquior, recentemente desaparecido, gozando com os adeptos do filósofo francês no Brasil, considerou-os como "bárbaros" por se autodesignarem como "foucaultianos" e não, como deveria ser, como "foucauldianos". Adianto que li o livro de Merquior e que o considero de excelente nível. É mesmo se a evidente antipatia do autor por Foucault é responsável por algumas colocações francamente irritantes, o conjunto – uma diligente resenha das críticas dirigidas ao filósofo do Collège de France por vários especialistas das disciplinas que ele abordou – não pode ser ignorado por aqueles que, no Brasil, se interessam pela sua obra. Recusar-se a ler o livro de Merquior com a desculpa de que se trata de um autor de "direita", "reacionário" e não-sei-mais-o-quê, é um argumento tão razoável quanto xingar a mãe: não tem nenhum valor acadêmico. Isto dito, a verdade é que eu também me senti mordido pela fúria merquioriana, moderado foucaultiano que sou. Sem saber realmente porque eu seria um "bárbaro" ao me chamar assim, sei perguntando de um lado e de outro na firme e sincera intenção de dissipar a minha ignorância. No Brasil, cheguei a me consultar com uma doutora formada na Sorbonne; já na França, cheguei a pedir conselho a uma estudante de letras; e... nada. Como vivia com as antenas ligadas nesse assunto, um dia lendo ao acaso cheguei até a descobrir que também com o nome do cineasta François Truffaut se forma um adjetivo do mesmo gênero: "truffaldien", e não "truffautien". Devia ser então uma espécie de regra geral, pensei. Mas como tinha outras coisas com que me preocupar, terminei esquecendo do assunto.

E eis que um belo dia o próprio Merquior desceu até nós, bárbaros foucaultianos, com as tábuas da lei: na revista da UnB, *Humanidades* (nº 15), numa resposta a uma crítica que alguém tinha feito ao seu livro, ele explica que a opção pela forma "foucauldien" se explica por "uma simples diferença de

gosto e de cultura". E como a leitura de Merquior sempre nos tornava mais eruditos, eu fiquei ainda sabendo que "adjetivos formáveis a partir de nomes como Foucault são tradicionalmente derivados da forma latina do substantivo: neste caso, de 'Foucauldus', na mesma linha em que 'cartesiano' foi forjado como adjetivo relativo a 'Cartesius', isto é, Descartes". Bravo. Bravíssimo! E prosseguia: "Desconhecer essa tradição é apenas uma das muitas faltas de ignorância cometidas por vários entusiastas de Foucault. Na França, todos os textos sobre Foucault trazem a forma 'foucauldien'. Meu livro segue essa derivação elegante e culta". E terminava dando um puxão de orelha nos "atletas do foucauldismo iletrado". Aii

Quando Raymond Aron veio ao Brasil, acho que no início dos anos 80, correu a anedota de que depois de uma entrevista com Merquior o velho liberal francês teria comentado: "Mas esse rapaz já leu tudo!" Mesmo que a história não seja verdadeira, ela é contudo verossímil, porque de fato Merquior vinha demonstrando livro após livro possuir uma erudição de *scholar* internacional, e o seu precoce desaparecimento nos deixou a todos – seus críticos ou seus admiradores – intelectualmente mais pobres. Mas o seu comportamento no episódio foucaultiano ilustra, a meu ver, um comportamento nacional, típico das nossas elites (inclusive intelectuais...), que é o de erigir como padrão de julgamento os valores dos países do Primeiro Mundo. Se o adjetivo "foucauldiano" é "elegante" em francês, por que diabo o seria em português? Eu, aliás, acho feia a sonoridade da palavra. E mesmo se as pessoas empregam a forma "foucaultiano" por desconhecerem a forma erudita, por que taxá-las de "bárbaras" e "ignorantes"? Afinal, o conhecimento desse detalhe fonético é absolutamente irrelevante para se conhecer, criticar ou aderir às idéias do filósofo francês. "Pãos ou pães, é questão de opiniões", como diria Guimarães Rosa. Essa implicância de Merquior é ainda mais sem cabimento quando se considera que a cultura que ele elege como padrão, a francesa, pouco está ligando para a forma como as coisas devem ser ditas nas outras línguas. Eles afrancesam e acabou. Por que não teríamos nós o direito de aporuguesar? Ah, não. Para nós não existe valor autônomo do lado de baixo do equador. Quem nunca ouviu dizer que Érico Veríssimo é o nosso Tolstói, Clarice Lispector a nossa Virgínia Wolff, Guimarães Rosa o nosso Joyce? Pois eu em verdade vos digo: Pedro Nava é o meu Proust favorito!

Essas observações sobre a ausência de um orgulho lingüístico-literário no Brasil remetem à questão sobre que eu falava anteriormente, e da qual ela é apenas um entre outros tantos signos: nós somos um povo sem auto-estima cultural. Não estou falando de invasão cultural (pois a Coca-Cola e o Mac Donald's já chegaram na França...); nem de inferioridade em relação a alguns setores da cultura (os franceses também se babam quando um filme deles faz sucesso nos Estados Unidos...); falo numa forma de depreciação geral e difusa com que costumamos considerar as nossas próprias realizações – quando não no sentimento mesmo de que somos incapazes de realizações dignas desse nome. O que acontece com as duas únicas marcas registradas que nos identificam no chamado concerto das nações – o futebol e o carnaval – é típico: ou os consideramos como coisa que não é séria, ou os qualificamos com

um adjetivo que, mesmo sendo verdadeiro, a maneira como o empregamos só trai o nosso elitismo frustrado: "Ah... isso aí é cultura popular". Quantas vezes não nos dizemos que essas são as "únicas" coisas que o brasileiro sabe fazer? (Aliás, no que diz respeito ao futebol, convém colocar o verbo no pretérito: sabia...). No que diz respeito à chamada cultura "séria", nós somos – para usar um termo fora de moda mas, no caso, mais do que pertinente – uns alienados, deslumbrados pelo brilho do que vem de fora. Numa reportagem sobre o título de "Professor Assistente" da Sorbonne que o deputado e ex-ministro Bernardo Cabral fizera constar indevidamente no seu currículo (na verdade ele tinha feito ali apenas um estágio para professores estrangeiros), a revista *Veja* (11.11.87) utilizou uma expressão para caracterizar o comportamento do deputado que considero feliz: a "síndrome de Haia" – ou seja: a compulsão que têm os nossos intelectuais de serem reconhecidos num cenário estrangeiro, e cujo patrono foi Rui Barbosa, a famosa "Águia de Haia". A história do brilho desse ilustre baiano no estrangeiro – real ou fantasiosa, pouco importa – impregna de tal forma o nosso imaginário popular, que eu me lembro de uma música que teve um estrondoso sucesso quando eu era menino, que se chamava "Baiano burro nasce morto", onde tinha um verso que dizia dele, Rui Barbosa, que "foi pra Inglaterra ensinar inglês". Depois o próprio intérprete dava uma risadinha: "eh eh" – não sei se gozando dos ingleses ou de nós...

Pois somos todos uns doentes da "síndrome de Haia". Porque nunca tivemos um prêmio Nobel de literatura, sofremos de uma certa timidez em nos reconhecermos como donos de um patrimônio literário igual a qualquer outro no mundo. Se autores como Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa nunca foram laureados, isso não desmerece a nós; desmerece a Academia Sueca. O Jorge Amado de *Os Velhos Marinheiros*, de *Gabriela, Cravo e Canela*, e de *Dona Flor e seus Dois Maridos* – se é que esse tipo de contabilidade é possível –, não é um milésimo de milímetro menor do que Gabriel Garcia Marquez. Aliás, mesmo sem querer e até estando advertido contra elas, olhal eu também caindo na armadilha das comparações com sinal trocado, pois quando Garcia Marquez escreve sua obra-prima, *Cem Anos de Solidão*, em 1967, Jorge Amado já havia escrito as suas três. Nesse caso, se uma comparação é possível, a ordem de apresentação dos autores deve ser invertida: é Garcia Marquez que não é um milésimo de milímetro maior do que Jorge Amado. Ah... o Nobel! Como tudo que depende da justiça deste mundo, quantas injunções não necessariamente literárias estão por trás dele! Se não me engano Bernard Shaw disse certa vez (e se não disse deveria ter dito) que a celebridade é uma série de equívocos em torno de uma pessoa. Pois sabiam vocês que Winston Churchill, um dos vencedores da II Guerra Mundial (mas esse detalhe não deve passar de mera coincidência, como se dizia até nas palhaçadas da Atlântida...), foi laureado em 1953 justamente com o Nobel de... literatura? Como se vê, até a Academia Sueca tem seu dia de Academia Brasileira de Letras, que já elegeu Getúlio Vargas e o General Lyra Tavares entre os seus imortais.

Quando eu era menino, em Sergipe, havia um senador, o Doutor Albino Silva, de quem se contavam casos bastante engraçados. Diz que uma vez o

Doutor Albino anunciou, para espanto geral, que na terra dele só havia "fartura". Quando lhe pediram maiores explicações ele botou a boca no mundo: "farta água, farta comida, farta trabalho", etc. Doutra feita diz que o Senador convocou a imprensa para dizer que, naquele dia, ia falar "em Alemão" no Senado. A imprensa divulgou a façanha anunciada e, na hora marcada, lá estava o Senado cheio de gente para assistir à inédita falação. O Doutor Albino foi à tribuna e, em português, denunciou a surra que os capangas de um adversário político tinham dado em Alemão... um guarda-costas seu! Verdadeira ou não, a anedota ilustra o lado babaca da alma brasileira em relação à cultura estrangeira. Falar outra língua não é apenas um detalhe a inscrever no *curriculum vitae*; bem mais do que isso, é uma prova de distinção, uma façanha que se expõe à curiosidade pública dos demais, ou seja: os pobres de espírito que não conseguiram romper o círculo medíocre dos que só falam português. Temos de certa maneira uma mentalidade de nobreza russa de antes da revolução bolchevique, que entre si só falava em francês porque o russo era considerado uma língua da ralé. Quem não se lembra do conto de Lima Barreto, *O Homem que Falava Javanês?* Som: os nós. Pois essa particularidade da nossa mentalidade não é apenas matéria de ficção, seja do anedotário político, seja da literatura. No século passado o pobre do Tobias Barreto, intelectual nascido em Sergipe e fundador da célebre "Escola do Recife", arruinado no fim da vida, morando em Escada, interior de Pernambuco, a maneira que encontrou de superar suas desditas foi, não falar, até porque não teria com quem, mas escrever em alemão! O coitado escrevia e editava um jornal de cabo a rabo em língua alemã, o *Deutsch Kampfer* ou algo assim. No meu tempo de faculdade de direito, todos nós, eu e os meus colegas, considerávamos isso o máximo do gênio da raça sergipana, a prova de que nós também éramos capazes de falar em alemão... Tem jeito uma coisa dessa?

Isto dito, a verdade é que, independentemente da nossa alma colonizada, falar e escrever em português não constitui nenhuma vantagem. Primeiro, ninguém entende. Nos congressos científicos internacionais, por exemplo, nunca o português é uma das línguas oficiais. Ainda recentemente em Paris, num encontro de cientistas sociais franceses e brasileiros, onde se discutia o Brasil, todo mundo só falava em francês. Um cientista político brasileiro, que não sabia falar essa língua, pediu desculpas ao auditório e falou em inglês! É verdade que o nosso complexo de inferioridade não é gratuito nem é culpado por tudo. Uma divisão social internacional do trabalho intelectual, que aconteceu à nossa revelia e há muito tempo atrás, fez com que certas áreas nobres – como a filosofia, por exemplo – já tenham sido patenteadas noutras línguas. No caso, principalmente o alemão. Como diz Caetano Veloso numa música genial que justamente se chama *Língua*, "Se você tem uma idéia incrível/É melhor fazer uma canção/ Está provado que só é possível/ Filosofar em alemão". E no entanto, creio eu, não se trata de nenhuma incapacidade nossa para o pensamento profundo. É que nós somos vítimas da ilusão da língua que já tirou patente e, assim, já fez a sua reserva de mercado. O mais engraçado é que esse mesmo gênero de reflexão eu encontrei em Raymond Aron, que nos conta em suas *Memoórias* uma impressão de juventude em rela-

ção à filosofia alemã muito próxima da reflexão de Caetano: "Uns e outros (Weber, Rickert, Husserl, Heidegger) me davam o sentimento de uma extraordinária riqueza junto da qual os autores franceses de repente me pareceram medíocres, quase pobres. Meio século depois eu sou inclinado pelo menos a uma maior reserva. A riqueza conceitual da língua e da tradição filosófica alemã cria facilmente uma ilusão. Os *Sinnhafte Zusammenhänge* perdem alguma coisa do seu charme quando se transformam em 'conjuntos significativos', em 'rede de sentidos'".

É o jurista crítico Luiz Alberto Warat que fala sobre a potencialidade desmistificadora do que ele chama de semiologia política. Para essa semiologia, tão ou mais importante do que o que se diz e como se diz, é o lugar de onde se fala. Haveria assim uma espécie de "você-sabe-quem-está-falando?" que agiria como um dos princípios que explicam por que se aceita uma estética como boa, uma filosofia como profunda, uma ciência como verdadeira, etc. Ou seja: não adianta dar uma de valente e bater no peito como fazia o slogan de uma rádio do Recife nos anos anteriores à televisão: "Rádio Jornal do Comércio, Pernambuco falando para o mundo". O problema não é falar, é ter alguém que escute. Responda o leitor com sinceridade: numa livraria, na seção de filosofia, que livro o leitor escolheria: o de um Ernest Wismann ou o de um José da Silva? Na seção de ciência política, o de um John Smith ou o de um Manoel dos Santos? Pois é, Tobias Barreto estava certo; pelo menos tentou. Mais sucesso teve Merquior, cujo livro sobre Foucault está traduzido na França, mas a partir do original, que está escrito em inglês e foi publicado primeiro na Inglaterra! A edição brasileira, aliás, é uma tradução.

Evidentemente que nada disso se constrói no ar. Como um pouquinho de materialismo histórico não faz mal a ninguém, encaremos as coisas sem mistificação: o fato de o inglês, de o francês, de o alemão terem se tornado línguas universais, línguas que falam para o mundo, não é um fenômeno que se explica por uma qualquer superioridade que seria intrínseca às mesmas; é porque elas são as línguas dos países centrais da Europa à época em que o mundo moderno foi forjado por esses mesmos países. Nessa época, grosso modo – a partir do século XVIII –, Portugal já tinha vivido o seu momento de glória e tinha se tornado uma potência de terceira categoria. Já não apitava. Claro, essa explicação materialista não explica o gênio de um Kant, de um Rousseau, de um Francis Bacon, etc. Mas ela explica as condições de possibilidade para que esses grandes homens aparecessem, fossem lidos e impressos definitivamente a marca de suas línguas nas ciências que eles fundaram. Imaginemos um pobre autodidata brasileiro, na primeira metade do século XVIII, tendo a intuição de que o espaço e o tempo seriam as formas *a priori* da percepção. Teria roubado a glória a Kant? Impossível. Mesmo que ele tivesse conseguido, com o dinheiro do próprio bolso, imprimir um opúsculo em Coimbra, quem iria lê-lo? E se fosse lido, quem iria levar a sério essa aparente bobagem?... Infelizmente não é todo mundo que está habilitado para falar para o mundo. Quando os franceses fizeram a Revolução de 1789, proclamaram a primeira Declaração dos Direitos Humanos que a história conhece. Ela ainda não portava o título de "universal" – como veio a acontecer

com a Declaração da ONU -, mas a intenção era essa, a de falar em nome de todo o gênero humano. O seu primeiro artigo diz: "Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direito". O artigo 16 chega a ter o topete de legislar para todos os outros povos: "Toda sociedade na qual a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não possui constituição". Quem, senão um país central como a França, poderia proclamar tais propósitos sem provocar uma gargalhada universal? É isso aí: não adianta chorar. O negócio é rir.

Existe, no meu modo de ver, uma linha de continuidade entre a louca ambição universal dos revolucionários de 1789 e a *boutade* de Antoine Piney duzentos anos mais tarde ("Mas Monsieur Pivot, eu falava francês..."). Inspirando-me num recente e instigante artigo de Francisco Weffort sobre "A América Errada" (Revista *Lua Nova*, outubro de 90), digamos que essa linha de continuidade é a que percorre a história de um país que deu certo... Já a linha de continuidade que percorre o Brasil é a de um país que ainda não encontrou o seu lugar na modernidade inaugurada há dois séculos. Os acontecimentos simbólicos são eloqüentes: em 1789, enquanto os miseráveis de Paris arrasavam a Bastilha (chacinando, aliás, os poucos guardas que lá encontraram...), Tiradentes, o mártir solitário da nossa revolução iluminista que não houve, mofava numa cadeia pública aguardando o processo que o levaria à forca. Depois tivemos a Independência, o Império e a República - esta primeira qualificada de "velha" e mais recentemente de "nova" -, mas a questão é que (para terminar com um galicismo...) nunca saímos de fato do *ancien régime*.

